

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROF. ARMANDO JOSÉ FARINAZZO
CENTRO PAULA SOUZA

Andréa da Cruz Trevisan
Elaine Santos Queiroz
Heitor Rufato Cano
Kauã Fellype dos Santos da Silva
Léia Mesquita da Conceição
Vinícius de Souza Dourado

A FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SEUS IMPACTOS NA
ECONOMIA DOMÉSTICA BRASILEIRA

Fernandópolis
2025

Andréa da Cruz Trevisan
Elaine Santos Queiroz
Heitor Rufato Cano
Kauã Fellype dos Santos da Silva
Léia Mesquita da Conceição
Vinícius de Souza Dourado

A FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA DOMÉSTICA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para
obtenção da Habilitação Profissional
Técnica de Nível Médio de Técnico em
Administração, no Eixo Tecnológico de
Gestão e Negócios, à Escola Técnica
Estadual Professor Armando José
Farinazzo, sob orientação do Professor
Alexandre Rodrigues Cajuela.

Fernandópolis
2025

Andréa da Cruz Trevisan
Elaine Santos Queiroz
Heitor Rufato Cano
Kauã Fellype dos Santos da Silva
Léia Mesquita da Conceição
Vinícius de Souza Dourado

A FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA DOMÉSTICA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para
obtenção da Habilitação Profissional
Técnica de Nível Médio de Técnico em
Administração, no Eixo Tecnológico de
Gestão e Negócios, à Escola Técnica
Estadual Professor Armando José
Farinazzo, sob orientação do Professor
Alexandre Rodrigues Cajuela.

Examinadores:

Ricardo Antonio Leal Soares

Tatiane da Silva Madureira Pedro

Bruno Aleksandro Silva Garcia

Fernandópolis
2025

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho ao nosso orientador, Alexandre Rodrigues Cajuela, cujo apoio, orientação e dedicação foram fundamentais para a realização deste projeto. Sua orientação não apenas contribuiu para a qualidade do nosso trabalho, mas também inspirou e motivou a todos nós ao longo destes percursos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos pais, irmãos, amigos e professores, que contribuíram sobremaneira para a realização de nossos estudos e para a nossa formação como seres humanos.

EPÍGRAFE

“Se você falha em planejar, está planejando falhar”– Benjamin Franklin.

A FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA DOMÉSTICA BRASILEIRA

Andréa Da Cruz Trevisan
Elaine Santos Queiroz
Heitor Rufato Cano
Kauã Felype Dos Santos Da Silva
Léia Mesquita Da Conceição
Vinícius De Souza Dourado

RESUMO: O trabalho aborda como a falta de educação financeira interfere diretamente na economia doméstica das famílias brasileiras, agravando problemas como endividamento, inadimplência, desorganização orçamentária e vulnerabilidade emocional. Diante de um cenário nacional marcado por inflação elevada, juros altos, carga tributária crescente e aumento contínuo das dívidas das famílias, a ausência de conhecimentos básicos sobre planejamento, controle de gastos, poupança e investimentos se torna um fator decisivo para a instabilidade financeira. Dados recentes revelam que grande parte da população enfrenta dificuldade para administrar seus recursos, o que resulta em uso inadequado do crédito, consumo impulsivo e incapacidade de lidar com imprevistos. A pesquisa realizada com 44 (quarenta e quatro) participantes mostram que, apesar de muitos afirmarem compreender o conceito de educação financeira, boa parte não consegue aplicar esse conhecimento na prática, demonstrando fragilidades na organização do orçamento, na construção de reservas e no controle emocional frente ao consumo. Esses elementos evidenciam que a carência de educação financeira não afeta apenas a renda, mas também a saúde mental, favorecendo estresse, ansiedade e até práticas arriscadas, como jogos de apostas. O estudo conclui que a educação financeira deve ser tratada como necessidade essencial e política pública estratégica, sendo urgente sua inserção efetiva no ambiente escolar para formar cidadãos mais preparados para lidar com decisões econômicas ao longo da vida.

Palavras-chave: Educação financeira. Endividamento. Economia doméstica. Planejamento financeiro. Saúde mental.

ABSTRACT: The paper addresses how the lack of financial literacy directly interferes with the domestic economy of Brazilian families, worsening problems such as indebtedness, default, budgetary disorganization, and emotional vulnerability. Faced with a national scenario marked by high inflation, high interest rates, a growing tax burden, and a continuous increase in family debt, the absence of basic knowledge about planning, expense control, saving, and investments becomes a decisive factor for financial instability. Recent data reveals that a large part of the population struggles to manage their resources, resulting in the inadequate use of credit, impulsive consumption, and the inability to deal with unforeseen events. The research conducted

with 44 (forty-four) participants shows that, despite many claiming to understand the concept of financial literacy, a large portion cannot apply this knowledge in practice, demonstrating fragilities in budget organization, the building of reserves, and emotional control in the face of consumption. These elements highlight that the lack of financial literacy not only affects income but also mental health, contributing to stress, anxiety, and even risky practices, such as gambling. The study concludes that financial literacy must be treated as an essential need and a strategic public policy, making its effective insertion into the school environment urgent to form citizens better prepared to deal with economic decisions throughout their lives.

Keywords: Financial education. Debt. Household economics. Financial planning. Mental health.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil enfrenta atualmente uma crise econômica e social que se manifesta de maneira ampla, mas que não pode ser explicada apenas por fatores políticos ou conjunturais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025) indicam que o país encerrou maio de 2025 com uma inflação acumulada de 5,32% nos últimos 12 meses, superando o teto da meta do Banco Central, que era de 4,5%. Além disso, a Confederação Nacional do Comércio (CNC, 2025) aponta que 78,8% das famílias brasileiras estão endividadadas, e 28,6% têm dívidas em atraso, indicando muito comprometimento da renda familiar. Esses indicadores revelam não apenas a fragilidade econômica vivida por milhões de brasileiros, mas também a existência de causas estruturais mais profundas que contribuem para esse cenário, muitas vezes ignoradas nas discussões públicas.

Entre essas causas, destaca-se a ausência da educação financeira como um fator silencioso, porém determinante para o agravamento das dificuldades econômicas nas famílias brasileiras. A carência de preparo para lidar com o dinheiro de forma consciente gera consequências diretas na economia doméstica, como o endividamento crescente, a desorganização orçamentária e impactos emocionais significativos. A carência de educação financeira básica compromete a capacidade de estabelecer e alcançar objetivos financeiros de curto e longo prazo, expondo o indivíduo a vulnerabilidades frente a emergências (Banco Central do Brasil).

Essa realidade é reforçada por indicadores educacionais. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), promovido pela Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2022), aponta que os estudantes brasileiros alcançaram apenas 416 pontos em alfabetização financeira em 2022, enquanto a média dos países avaliados foi de 498 pontos. Essa defasagem educacional compromete o desenvolvimento de hábitos saudáveis, como o controle de gastos, a formação de reserva de emergência e a compreensão do uso adequado do crédito. Esses dados demonstram que o problema começa ainda na juventude e se estende para a vida adulta, afetando todas as classes sociais.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar de que forma a falta de educação financeira impacta a economia doméstica das famílias brasileiras, observando seus efeitos sobre o endividamento, o aumento das desigualdades sociais, o comprometimento da saúde mental e a adoção de práticas arriscadas, como o uso de jogos de apostas como forma alternativa de investimento. Com isso, busca-se reforçar a importância da inclusão da educação financeira no ambiente escolar e em políticas públicas, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, preparados para tomar decisões econômicas responsáveis e capazes de construir uma realidade financeira mais estável.

1.1. Problema de Pesquisa

A carência de educação financeira no Brasil configura-se como um fator estrutural que agrava o endividamento e o comprometimento da renda familiar, aprofundando desigualdades socioeconômicas. Indicadores recentes mostram que 78,8% das famílias estão endividadas e 28,6% possuem dívidas em atraso (CNC, 2025), enquanto o país apresenta desempenho inferior à média internacional em alfabetização financeira, segundo o PISA (OCDE, 2022). Essa combinação evidencia como a falta de preparo para lidar com recursos financeiros contribui para a vulnerabilidade econômica, a exclusão social e a perpetuação de ciclos de instabilidade nas famílias brasileiras.

Diante desse cenário, surge a pergunta de pesquisa: como a carência de educação financeira contribui para o endividamento, o comprometimento da renda familiar e agrava as desigualdades socioeconômicas entre as famílias brasileiras?

1.2. Objetivos

O objetivo geral deste estudo é analisar de que forma a ausência da educação financeira impacta a economia doméstica das famílias brasileiras, levando ao endividamento, à falta de planejamento, ao aumento das desigualdades sociais, ao comprometimento da saúde mental e à adoção de práticas arriscadas, como considerar jogos de apostas como forma de investimento financeiro.

Para alcançar o objetivo geral proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar como a ausência da educação financeira traz impactos a economia doméstica das famílias brasileiras, contribuindo para o endividamento e a desorganização financeira;
- b) Investigar como a falta de conhecimento financeiro pode comprometer a saúde mental e levar à adoção de práticas arriscadas, como recorrer a jogos de apostas como forma de investimento;
- c) Examinar de que forma as carências de educação financeira intensifica as desigualdades sociais, limitando o acesso a oportunidades de crescimento econômico.

1.3. Justificativa

A educação financeira é fundamental para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e preparados para tomar decisões financeiras responsáveis. Segundo Novelli (2024, p. 15), “a falta de educação financeira desde cedo reflete na cultura e modo como os brasileiros lidam com dinheiro, visto que expressiva parcela da população possui dívidas e não possui o hábito de investir”. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de inserir a educação financeira no currículo escolar, visando transformar a cultura de endividamento e estimular práticas de poupança e investimento desde a infância.

A ausência de preparo financeiro também impacta a vida de jovens e adultos. Tenfen (2022, p. 30) observa que “a maioria dos alunos necessita de mais conhecimento sobre educação financeira para uma melhor relação com suas finanças”, demonstrando que a lacuna educacional compromete decisões econômicas conscientes. Segundo o autor, “o baixo letramento financeiro pode gerar hábitos de

consumo prejudiciais e aumentar a vulnerabilidade econômica das famílias” (Tenfen, 2022, p. 32).

Em termos de políticas públicas, iniciativas locais têm mostrado resultados positivos. Gonçalves (2023, p. 25) relata que, em Tocantins, programas de educação financeira “incentivam a educação financeira, trazendo resultados positivos para a formação de cidadãos mais responsáveis e conscientes financeiramente”, reforçando a importância de estratégias estruturadas e contextualizadas que promovam autonomia financeira desde cedo.

Adicionalmente, experiências como o Programa de Educação Financeira nas Escolas (PEF) demonstram o impacto prático de intervenções educativas. Pinto e Cruz (2019, conforme citado em Soares, 2024, p. 45) indicam que “o programa envolveu 25 mil jovens em 892 instituições durante 17 meses”, ampliando significativamente a discussão sobre finanças pessoais entre estudantes e fortalecendo hábitos de planejamento e controle financeiro.

Diante desse contexto, este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender os efeitos da ausência de educação financeira sobre o endividamento, a insegurança econômica e o bem-estar emocional das famílias brasileiras. A investigação busca reforçar a importância de políticas educacionais e ações preventivas que promovam cidadãos mais conscientes e preparados para tomar decisões financeiras responsáveis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação Financeira no Brasil: Conceitos e Desafios

2.1.1. Conceito e relevância da educação financeira

A educação financeira é definida como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem que os indivíduos tomem decisões informadas sobre o uso de seus recursos financeiros (Lusardi; Mitchell, 2014). A proposta da educação financeira vai além da simples administração de dinheiro, abrangendo práticas como o controle de orçamento, planejamento financeiro, poupança, investimentos e a prevenção de endividamento excessivo. Sua importância é

fundamental para a promoção de uma maior estabilidade financeira e a melhoria da qualidade de vida das pessoas (Sousa; Amaral, 2020).

No Brasil, a educação financeira tornou-se um tema prioritário, especialmente após o crescimento do endividamento das famílias e a crescente oferta de crédito. De acordo com a pesquisa do Banco Central (2021), cerca de 70% da população brasileira enfrenta dificuldades para planejar suas finanças, o que reforça a necessidade urgente de políticas públicas de inclusão financeira. Além disso, a educação financeira pode contribuir para o fortalecimento da cidadania, pois capacita os indivíduos a tomar decisões financeiras mais conscientes, prevenindo crises e promovendo o bem-estar econômico (Gobetti; Santos, 2018).

2.1.2. O papel do senso comum e dos hábitos de consumo

O senso comum, entretanto, desempenha um papel crucial na formação dos hábitos financeiros da população brasileira. Muitas vezes, conceitos errôneos sobre o uso do crédito e a gestão do dinheiro são profundamente enraizados na sociedade. Por exemplo, é comum que muitos brasileiros acreditem que o cartão de crédito é uma ferramenta para facilitar o consumo imediato, sendo encarado como "dinheiro de verdade", quando, na realidade, trata-se de uma dívida que, se não controlada, pode gerar juros altos e comprometer o orçamento familiar. Além disso, a ideia de que "comprar parcelado é sempre melhor" reflete a crença de que dividir o pagamento em várias vezes torna a compra mais acessível, quando, na verdade, esse hábito pode aumentar o valor final pago, devido aos juros aplicados.

Nesse sentido, Kiyosaki (1997, p. 56) alerta para a chamada "corrida dos ratos", situação em que as pessoas trabalham incessantemente para pagar contas e dívidas, sem conseguir construir riqueza, justamente por falta de educação financeira e planejamento. Esses comportamentos, muitas vezes impulsionados por práticas culturais e pela falta de informação, contribuem para o endividamento excessivo e dificultam a criação de uma cultura de poupança e planejamento financeiro.

Segundo Afonso (2014), "os hábitos de consumo no Brasil estão fortemente marcados pela ideia de que o crédito facilita a aquisição imediata, mas os altos juros e a falta de educação financeira geram uma armadilha difícil de ser evitada." A educação financeira se torna, assim, uma ferramenta essencial para desmistificar esses conceitos e promover a conscientização sobre a necessidade de uma gestão

mais responsável e estratégica dos recursos financeiros. É fundamental que a população compreenda que o uso consciente do crédito, aliado ao planejamento financeiro adequado, é a chave para uma vida financeira saudável e sustentável.

2.1.3. A função da educação financeira no desenvolvimento de hábitos saudáveis

A educação financeira desempenha um papel central na formação de hábitos econômicos saudáveis. A prática de planejamento financeiro, controle de gastos e poupança são ações essenciais para garantir a saúde financeira de indivíduos e famílias (Santos; Pessoa, 2019). O aprendizado sobre a importância do orçamento familiar, a utilização responsável do crédito e a criação de reservas de emergência são fundamentais para evitar situações de vulnerabilidade econômica.

Segundo pesquisa de Barros e Silva (2020), indivíduos com maior grau de alfabetização financeira são mais propensos a evitar armadilhas do consumo, como o parcelamento excessivo de compras e a utilização inadequada do crédito. Além disso, esses indivíduos têm mais capacidade de planejar para o futuro, considerando variáveis como aposentadoria e emergências financeiras. Estudos também indicam que, em famílias que praticam a educação financeira, a estabilidade econômica é maior, já que essas famílias conseguem estabelecer metas financeiras claras e ajustar seus comportamentos conforme a realidade econômica (Oliveira; Gomes, 2017).

2.1.4. Indicadores nacionais e internacionais de alfabetização financeira

A avaliação da alfabetização financeira tem sido realizada por organizações como a OCDE e o Banco Mundial, que utilizam indicadores para medir o nível de conhecimento financeiro de cidadãos em diferentes países. O PISA, por exemplo, incluiu, desde 2012, uma avaliação sobre competências financeiras dos estudantes, a fim de analisar a capacidade deles de tomar decisões financeiras em situações cotidianas (OCDE, 2018). De acordo com os resultados do PISA, países como Canadá e Austrália destacam-se pela alta alfabetização financeira de seus cidadãos, enquanto muitos países em desenvolvimento ainda enfrentam desafios significativos, especialmente em relação à educação financeira nas escolas.

No Brasil, um estudo realizado pelo Banco Central (2019) revelou que o país ainda enfrenta sérias dificuldades em termos de alfabetização financeira. Aproximadamente 53% dos brasileiros não conseguem compreender conceitos financeiros básicos, como juros compostos e a diferença entre diferentes tipos de crédito. Essa deficiência reflete diretamente no comportamento financeiro da população, com altos índices de inadimplência e endividamento (BCB, 2021).

2.2. Contexto Econômico e Social Brasileiro Atual

2.2.1. Cenário macroeconômico brasileiro em 2025

O Brasil em 2025 apresenta um cenário econômico marcado por avanços e contradições. De um lado, a inflação anual se manteve controlada dentro da meta do Banco Central, e houve alguma estabilidade em indicadores macroeconômicos. Mas, de outro lado, a pressão tributária, o endividamento recorde das famílias, a alta da inflação no mês fevereiro e o desemprego persistem, revelando as dificuldades que a população enfrenta para equilibrar suas finanças. Segundo o IBGE (2025), a inflação acumulada em 12 meses chegou a 5,23% (até o momento da produção desse trabalho de conclusão de curso, podendo aumentar ou diminuir com base nas políticas e economias do país) em julho de 2025, pressionada principalmente pelos custos de energia elétrica e transporte, apesar de recuos em alimentação e bebidas. Isso deixa claro que, mesmo com sinais de melhora, a vida financeira das pessoas ainda está longe da estabilidade.

Para compreender melhor esses desafios, é importante compreender o conceito de economia. A palavra economia tem origem no grego Oikonomia, que significa administração da casa, sendo posteriormente associada à administração da coisa pública (Vasconcellos; Garcia, 2012, p. 2). Nesse sentido, a economia é definida como a ciência social que estuda como a sociedade decide empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços e distribuí-los entre as pessoas e grupos sociais, visando atender às necessidades humanas (Vasconcellos; Garcia, 2012, p. 2–3). Como ressaltam os autores, “os recursos produtivos ou fatores de produção (mão de obra, terra, capital, matérias-primas, entre outros) são limitados. Por outro lado, as necessidades humanas são ilimitadas e sempre se renovam” (Vasconcellos; Garcia, 2012, p. 3). Esse desequilíbrio entre recursos limitados e

necessidades ilimitadas gera o problema central da economia: a escassez, que obriga toda sociedade a tomar decisões sobre quais alternativas de produção adotar e como distribuir os resultados da atividade produtiva. Dessa forma, a economia se debruça sobre questões fundamentais como produção, distribuição e utilização eficiente dos recursos disponíveis, destacando-se como uma ciência social que lida diretamente com escolhas humanas e juízos de valor.

Relacionando ao conceito de economia, é essencial compreender os sistemas econômicos, um sistema econômico pode ser entendido como a forma pela qual uma sociedade organiza sua produção, distribuição e consumo de bens e serviços, visando o bem-estar e a melhoria do padrão de vida da população (Vasconcellos; Garcia, 2012, p. 4). Os elementos essenciais de um sistema econômico incluem os recursos produtivos ou fatores de produção como trabalho, capital, terra e tecnologia, o conjunto de unidades de produção representado pelas empresas e o conjunto de instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais que estruturam a organização da sociedade (Vasconcellos; Garcia, 2012, p. 4). Segundo os autores, os sistemas econômicos podem ser classificados de forma geral em dois tipos: “sistema capitalista ou economia de mercado”, no qual predominam a livre iniciativa e a propriedade privada dos fatores de produção; e o “sistema socialista ou economia centralizada”, em que as decisões econômicas são tomadas por um órgão central de planejamento, e os fatores de produção são majoritariamente públicos (Vasconcellos; Garcia, 2012, p. 4–5).

Historicamente, as economias ocidentais até o início do século XX operavam sob o modelo de concorrência pura, com mínima intervenção estatal, fundamentado na filosofia do Liberalismo. A partir de 1930, entretanto, tornou-se mais comum a adoção de sistemas de economia mista, nos quais o mercado continua a ser predominante, mas o Estado atua de forma complementar, seja na oferta de bens públicos essenciais, como educação, saúde e infraestrutura, ou, seja estimulando investimentos privados estratégicos (Vasconcellos; Garcia, 2012, p. 5). Essa evolução permite que, mesmo em países que historicamente seguiram o socialismo centralizado, como Rússia e China, têm atualmente abertura à iniciativa privada, configurando um modelo conhecido como “socialismo de mercado” ou “capitalismo de estado”, enquanto Cuba e Coreia do Norte permanecem como exemplos de economias ainda amplamente centralizadas (Vasconcellos; Garcia, 2012, p. 5).

2.2.2. Inflação e desafios macroeconômicos

Algo que circula a economia de modo geral, e é de suma importância para verificar a saúde financeira de um país e do seu regime econômico, é a chamada inflação, para compreender melhor os movimentos inflacionários observados no país, é importante recorrer à fundamentação teórica clássica. Vasconcellos e Garcia (2012, p. 262) destacam que a inflação corresponde a um processo contínuo e generalizado de aumento dos preços, “o aumento de um bem ou serviço em particular não constitui inflação, que ocorre apenas quando há um aumento generalizado da maioria dos bens e serviços”.

Essa distinção é essencial para perceber por que ajustes tarifários específicos, como energia elétrica ou combustíveis, só se tornam inflacionários quando impactam de forma ampla e persistente a economia. Os autores ainda ressaltam que as causas da inflação variam conforme as características de cada país, considerando a estrutura de mercado, o grau de abertura comercial e a força das organizações trabalhistas, fatores que determinam a capacidade de repasse de custos.

Além disso, a literatura econômica costuma classificar a inflação em três tipos principais: de demanda, quando a procura supera a oferta; de custos, decorrente do aumento de insumos e salários; e inercial, associada aos mecanismos de indexação que perpetuam aumentos já existentes. Trazendo para os tempos “atuais” da nação brasileira, em fevereiro de 2025, o país registrou a maior inflação mensal desde 2003: o IPCA subiu 1,31%, impulsionado por reajustes de 16,8% na energia elétrica, fim do bônus de Itaipu, aumento do ICMS sobre combustíveis e alta de 7,3% nas mensalidades escolares (Agência Brasil, 2025). Para especialistas, esses choques inflacionários também refletem falhas no planejamento fiscal e tarifário, com parte da pressão repassada diretamente ao consumidor.

2.2.3. Política monetária e tributária

A política monetária segue tendo acontecimentos “históricos”, a taxa Selic chegou a 15% ao ano, patamar não visto desde meados dos anos 2000 e superior ao ápice da época do impeachment da ex-presidente Dilma. O Copom optou por mantê-la nesse nível, explicando que se tratava de “uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período prolongado” (CNN Brasil, 2025). Esse

endurecimento já acumulava 450 pontos-base de elevações desde setembro de 2024 (CNN Brasil, 2025), a justificativa era conter pressões inflacionárias persistentes acima da meta.

Essa política de juros elevados tem consequências diretas para o país: encarece o crédito, freia o consumo e investimentos, e pressiona a dívida pública, cuja correção ultrapassa os R\$ 540 bilhões em pagamentos anuais de juros sobre a dívida mobiliária interna (CNN Brasil, 2025). Além disso, o aumento da Selic aprofunda riscos de desemprego e limita a expansão sustentável da economia (CNN Brasil, 2025).

A carga tributária também se intensificou por meio do IOF. As alíquotas sobre crédito para empresas foram elevadas de 1,88% para 3,95%, e para Simples Nacional de 0,88% para 1,95%; operações de câmbio e pagamentos ao exterior passaram a ser tributadas uniformemente em 3,5% (Gazeta do Povo, 2025; CNN Brasil, 2025). A Fecomercio-SP criticou essa mudança, afirmando que encarece preços, reduz investimentos e prejudica a competitividade do país (Fecomercio-SP, 2025). A volatilidade do IOF, inclusive, impacta negativamente no câmbio e na confiança dos investidores (CNN Brasil, 2025).

Essa escalada tributária ocorreu com frequência alarmante: entre janeiro de 2023 e meados de 2025, foram criados ou aumentados tributos 24 vezes, uma média de um novo imposto a cada 37 dias (Veja, 2025). Isso gera insegurança jurídica, desestimula o crescimento econômico e mina o poder de compra da população (Gazeta do Povo, 2025).

2.2.4. Endividamento e vulnerabilidade das famílias

As consequências são claras no cotidiano das famílias: a PEIC da CNC indicou que, em julho de 2025, 78,5% das famílias estavam endividadas e 30% estavam inadimplentes, o pior nível desde 2023 (CNC, 2025; Diário Do Comércio, 2025). Entre as famílias com até três salários-mínimos, a inadimplência chegou a 38%, evidenciando o impacto mais grave nas camadas mais vulneráveis.

E os efeitos recaem ainda mais pesadamente sobre os mais pobres: o IPEA (2025) revelou que, em fevereiro, a inflação para esses grupos foi de 1,59%, acima da média geral de 1,31%, por conta do peso maior de energia, transporte e alimentação na cesta de consumo.

Diante de toda essa pressão, juros altos, tributos crescentes, inflação persistente e endividamento elevado, a população brasileira enfrenta desafios diários para manter sua estabilidade financeira. Conforme destaca a CNN Brasil (2025), o aumento da inadimplência e a dificuldade de acesso ao crédito têm colocado muitas famílias em situação de vulnerabilidade, exigindo maior atenção às práticas de gestão financeira.

Nesse contexto, torna-se evidente que não apenas fatores macroeconômicos influenciam a vida da população, mas também a forma como cada indivíduo administra seus recursos no dia a dia. A ausência de uma cultura sólida de economia doméstica, somada a esse ambiente de instabilidade, tende a agravar os problemas financeiros das famílias brasileiras. É justamente esse aspecto, “os impactos da falta de educação financeira na economia doméstica” que estabelece uma relação direta entre o cenário macroeconômico e a realidade cotidiana das famílias brasileiras, que precisa ser mais bem aprofundada no Brasil, para que a população brasileira consiga enfrentar os diversos problemas econômicos que nossa nação vem sofrendo, e conseguia manter sua estabilidade financeira de forma mais controlada dentro da sua própria realidade.

2.3. Impactos da Falta de Educação Financeira na Economia Doméstica

2.3.1. A educação financeira como meio de gestão pessoal e social

A ausência de conhecimentos financeiros adequados compromete a estabilidade econômica das famílias e gera efeitos em cadeia para a sociedade. No Brasil, grande parte da população não recebeu, ao longo de sua formação escolar, conteúdos relacionados à gestão do orçamento pessoal. Isso se reflete em dificuldades na administração de recursos, aumento do endividamento e ausência de poupança e investimentos. Segundo Oliveira (2006):

O funcionamento da economia está presente em todos os instantes na vida dos seres humanos, desde grandes multinacionais até os pequenos agentes econômicos, como o provedor de uma família ou a "dona de casa", que participam ativamente da administração de recursos para o sustento familiar. (p. 78)

A educação financeira tem sido discutida como uma necessidade urgente da sociedade atual, na medida em que as mudanças econômicas, tecnológicas e institucionais tornam o ambiente financeiro cada vez mais complexo. Sendo assim:

Na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. (Savóia, Saito e Santana, 2007, p. 1122)

Esse trecho mostra que a educação financeira vai além do simples ato de poupar ou controlar gastos, trata-se de um meio de integração social, que proporciona autonomia na tomada de decisões e contribui para o bem-estar coletivo. Entretanto, as mudanças recentes do cenário econômico intensificaram a necessidade de maior preparo por parte da população. De acordo com Savóia, Saito e Santana (2007), as transformações tecnológicas, regulatórias e econômicas trouxeram maior complexidade ao sistema financeiro. No entanto, a falta de conhecimento da população sobre esses aspectos compromete a qualidade das decisões financeiras cotidianas, resultando em escolhas menos eficazes.

2.3.2. O ciclo do endividamento e a crise do crédito

Essa insuficiência de conhecimento reflete-se em problemas comuns, como a desorganização orçamentária, o endividamento excessivo e a dificuldade de planejamento de longo prazo. Muitas famílias, sem preparo, acabam recorrendo ao crédito fácil como solução imediata para o consumo, sem avaliar os impactos futuros dessa decisão. O crédito, quando utilizado corretamente, é uma ferramenta de inclusão econômica. Entretanto, quando mal administrado, torna-se uma das maiores causas de crise financeira. Nesse sentido, Savóia, Saito e Santana (2007) alertam:

A população, despreparada para dimensionar o volume de comprometimento do seu orçamento, avança com ímpeto ao crédito fácil e, endividada, busca caminhos para restaurar o seu equilíbrio. O crescimento desorientado do crédito produz a inadimplência. (p.1124)

Essa constatação aponta o ciclo repetitivo da má gestão financeira, primeiramente com o uso inconsciente do crédito que leva ao endividamento, que, por sua vez, compromete ainda mais a renda das famílias, gerando instabilidade econômica. Dados recentes do Serasa (2025) mostram que o número de brasileiros endividados tem aumentado de forma contínua ao longo do ano, indicando que o problema é persistente e crescente.

Em janeiro, havia 74,6 milhões de endividados, com destaque para a faixa etária de 41 a 60 anos, representando 35,1% dos inadimplentes, e um valor médio de renegociação de R\$ 676. Em fevereiro, o número subiu para 75 milhões, com valor médio de acordo de R\$ 698. Em março, 75,7 milhões de brasileiros estavam endividados, com valor médio de cada acordo de R\$ 714 (Serasa, 2025).

Nos meses seguintes, o crescimento manteve-se constante: abril registrou 76,6 milhões de endividados e valor médio de renegociação de R\$ 790, maio, 77 milhões, com valor médio de R\$ 839, junho, 77,8 milhões, valor médio R\$ 772, e julho, 78,2 milhões, com valor médio de R\$ 736 (Serasa, 2025). Esses dados evidenciam a repetição do padrão de endividamento e a necessidade de medidas educativas que promovam maior autonomia financeira.

2.3.3. Orçamento familiar e o papel da economia doméstica

Sendo assim, a baixa capacidade de planejar e controlar gastos afeta a economia doméstica, gerando consequências como inadimplência e exclusão do acesso a serviços bancários. Visto isso, o orçamento doméstico é a ferramenta essencial para equilibrar receitas e despesas e sua ausência compromete a vida financeira das famílias. Nesse sentido, a Economia Doméstica ganha relevância, pois ela possui como objetivo educar, orientar e aplicar conhecimentos que contribuam para uma vida mais equilibrada e satisfatória. Ao ampliar as capacidades humanas e melhorar as condições no âmbito familiar e comunitário, ela favorece o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, evoluída e harmoniosa. (Oliveira, 2006).

Morais e Atano (2019) afirmam que:

Com um planejamento financeiro eficaz é possível descrever as reais necessidades, identificar a renda disponível, as despesas mensais, assim como uma estimativa de resultado mensal, positivo ou negativo. Este saldo final pode ser mantido como uma reserva ou destinado à poupança e contribuir para possíveis imprevistos que possam ocorrer. (p.8)

A desorganização no orçamento familiar se evidencia na dificuldade de acompanhar receitas e despesas, comprometendo o alcance de metas financeiras. Conforme apontado no Caderno de educação financeira:

[...]pesquisas indicam que grande parte da população não sabe como gasta o seu dinheiro ou o quanto é gasto em cada grupo de despesas, como alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, dívidas e juros, viagens e realização de sonhos ou outros gastos e investimentos[...], o controle e o planejamento financeiro, bem como a anotação de todas as receitas e despesas, ajudam a obter respostas para essas perguntas fundamentais. (Banco Central Do Brasil, 2013, p. 19)

Deste modo, o orçamento familiar permite identificar padrões de consumo e evitar gastos impulsivos. Além disso, um planejamento eficiente possibilita avaliar a vida financeira e definir prioridades, pois ele “oferece uma oportunidade para você avaliar sua vida financeira e definir prioridades que impactam sua vida pessoal” (Banco Central do Brasil, 2013, p. 20). Assim, o planejamento orçamentário se configura como base para prevenir o endividamento e fomentar investimentos futuros.

2.3.4. A importância da poupança e da projeção de futuro

Portanto, a falta de educação financeira não se limita ao endividamento, mas compromete também a formação de reservas e a capacidade de investir. Como orienta o Banco do Brasil (2013, p. 47) “manter uma reserva financeira é fundamental para realizar sonhos, precaver-se de eventos inesperados, além de proporcionar maior tranquilidade hoje e ao se aposentar”. Esse material também destaca que o ato de poupar corresponde a reservar recursos presentes com foco no futuro, possibilitando que esses valores, quando acumulados e aplicados ao longo do tempo, gerem melhorias significativas na vida das pessoas (Banco Do Brasil, 2013). Sem essa prática, o indivíduo fica mais vulnerável a imprevistos, com menor segurança financeira e dificuldade para alcançar objetivos de curto, médio e longo prazo, evidenciando a importância de poupar e investir de maneira planejada.

Por fim, Savóia, Saito e Santana (2007) concluem que:

Não há como negar que a educação financeira é fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. Desse modo, torna-se extremamente necessário ampliar a visão sobre o assunto e discutir os paradigmas que surgem da inserção da educação financeira no contexto político. (p. 1125)

Portanto, a educação financeira deve ser compreendida como uma política estratégica de combate ao endividamento e de promoção da autonomia financeira. A falta dela resulta em desorganização orçamentária, uso inadequado do crédito, inadimplência e dificuldade de planejamento, comprometendo a estabilidade das famílias e limitando as oportunidades de melhora da condição social. Concluindo, a falta de conhecimento financeiro vai muito além de um simples problema econômico. Se trata, na verdade, de um obstáculo social que perpetua a desigualdade, reforçando a urgência de medidas que promovam a alfabetização financeira como um direito fundamental.

2.4. Desigualdade Social e Educação Financeira

2.4.1. O cenário da desigualdade social no Brasil

A desigualdade social no Brasil é complexa, manifestando-se em grandes disparidades nas condições de vida, oportunidades e no acesso a recursos. Se trata de um cenário onde classes sociais se tornam opostas, pois enquanto um grupo acumula riqueza, outros são levados à pobreza e à miséria (Bock e Gonçalves. 2024, p. 25).

Segundo o Brasil Escola (2024), o país apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo, com uma concentração de renda que favorece uma pequena parcela da população. Dados da Fundação Getúlio Vargas indicam que os 10% mais ricos detêm quase 60% da renda nacional, evidenciando a profundidade da disparidade econômica.

2.4.2. A educação financeira como ferramenta de redução da desigualdade

Visto isso, de acordo com Wienskoski (2021, p.14), “a educação financeira pode ser peça importante na economia do país para reduzir a desigualdade social e a pobreza”, logo, o acesso ao conhecimento financeiro adequados torna-se crucial para reduzir disparidades econômicas e ampliar a inclusão socioeconômica.

Sendo assim, a educação financeira tem se consolidado como um dos principais instrumentos para a promoção da inclusão social e para o combate às desigualdades. Ela permite que os indivíduos compreendam melhor o funcionamento do sistema econômico e desenvolvam habilidades para gerir seus recursos de forma eficiente, aumentando suas chances de alcançar maior estabilidade e qualidade de vida. Como destaca Alves (2019 apud Wienskoski, 2021, p. 24), aqueles que tomam decisões acertadas conseguem se sobressair e melhorar suas condições, enquanto escolhas equivocadas podem levar a graves dificuldades financeiras, ampliando os desequilíbrios sociais.

Esse processo se torna ainda mais relevante diante da crescente desigualdade de renda. Thomson (2020, apud Wienskoski, 2021, p. 24) observa que grupos socioeconomicamente desfavorecidos necessitam de níveis mais elevados de instrução financeira para não ficarem ainda mais para trás. Dessa forma, fornecer educação financeira desde a juventude é essencial para superar as disparidades já existentes e reduzir os efeitos do status socioeconômico inicial na trajetória dos indivíduos.

2.4.3. As consequências da falta de conhecimento financeiro e a exclusão social

A falta de conhecimento em finanças, além de restringir o acesso a oportunidades, reforça pobreza persistente e exclusão. “A educação financeira é um instrumento útil tanto para o coletivo quanto para o indivíduo, pois possibilita a defesa do bem-estar financeiro e a promoção da mobilidade econômica” (Annabi et al, 2019; Rinaldi, 2016 apud Wienskoski, 2021, p. 32). No entanto, em um cenário em que a mobilidade social ainda é marcada por fortes desigualdades, os avanços permanecem limitados, Silva (2000, p.1) afirma que: “a mobilidade social continua intensa e a estrutura social permanece desigual. O grosso da mobilidade ascendente é de curta distância. Ou seja, muitos sobem pouco, e poucos sobem muito. Daí a persistência da desigualdade.”

Segundo Lana (2013):

Além dos impactos já tradicionalmente ressaltados da baixa educação, especialmente em países subdesenvolvidos, a literatura tem destacado recentemente os problemas específicos que a falta de conhecimentos básicos em finanças pode causar a indivíduos, famílias e, até mesmo, países. De maneira geral, trata-se da privação, por desconhecimento, do aproveitamento de possibilidades econômicas que a boa utilização dos produtos financeiros pode proporcionar àqueles que, efetivamente, sabem (e podem) utilizá-los. Aliando esta falta de conhecimentos à exclusão financeira, tem-se um cenário ainda mais danoso de exclusão social, trazendo dificuldades a pessoas já vulneráveis, ao complicar, por exemplo, a gestão de seu orçamento, seu planejamento para os distintos ciclos de vida e sua capacidade de se proteger contrachocos. (p. 26).

Nesse sentido, a falta de conhecimento especializado em finanças representa uma barreira significativa para a população, com consequências mais severas para famílias de baixa renda. Essa ausência de preparo não apenas impede que indivíduos utilizem produtos e serviços financeiros modernos, perdendo os benefícios que eles oferecem, mas também aumenta o risco de endividamento excessivo, o que pode gerar instabilidade para o sistema financeiro e graves consequências sociais (Lana, 2013, p. 16).

2.4.4. Educação financeira como um combate à desigualdade

Lana (2013, p.28) afirma que “diversas famílias, especialmente as de baixa renda, encontram na pouca instrução financeira um elemento adicional para a perpetuação de sua exclusão social.” Dessa forma, percebe-se que a educação financeira vai muito além da simples administração de recursos, pois ela é um fator determinante de inclusão social, capaz de ampliar oportunidades e reduzir desigualdades. Sua ausência, por outro lado, aprofunda os processos de exclusão, limita a mobilidade social e perpetua espirais de pobreza. Portanto, investir em educação financeira não é apenas uma questão individual, mas uma medida essencial para combater as desigualdades sociais e fortalecer as pessoas economicamente.

2.5. Educação Financeira e Saúde Mental

2.5.1. A relação entre a alfabetização financeira e o bem-estar mental

A educação financeira pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos voltados para a gestão, planejamento e organização das finanças pessoais. Nesse sentido, a alfabetização financeira corresponde à capacidade de realizar julgamentos e tomar decisões eficazes que envolvam a administração atual e futura do dinheiro (CFPB, 2015 apud Costa, 2021, p.23).

O domínio dessas competências está relacionado a habilidades que permitem o alcance de níveis mais elevados de bem-estar financeiro, uma vez que envolve saber quando e como buscar informações confiáveis, além de processá-las de modo a favorecer escolhas conscientes e fundamentadas (CFPB, 2015 apud Costa, 2021, p.35). Para alcançar esse equilíbrio, o controle financeiro se torna elemento essencial, pois possibilita às famílias cobrirem suas despesas mensais, lidar com ofertas de crédito de forma racional e evitar o endividamento excessivo, fortalecendo a segurança econômica e emocional (CFPB, 2015 apud Costa, 2021, p.31).

A tranquilidade financeira, por sua vez, refere-se à capacidade de enfrentar imprevistos sem comprometer o equilíbrio das finanças familiares, o que requer, entre outros aspectos, a constituição de uma reserva de emergência (CFPB, 2015 apud Costa, 2021, p.31). Assim, práticas financeiras saudáveis podem reduzir significativamente os impactos negativos da instabilidade econômica sobre o bem-estar mental, minimizando níveis de ansiedade e estresse (Goulart et al, 2025, p.6).

2.5.2. A saúde mental na perspectiva da Organização Mundial da Saúde (OMS)

De acordo com a OMS (2018 apud Vasconcelos, 2021):

Pensar na saúde mental, é entendê-la como parte integrante da saúde, muitos mais que a simples ausência de transtornos mentais, pois a saúde mental é determinada por uma série de fatores socioeconômicos, biológicos e ambientais, sendo um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, lida com tensões normais da vida, pode trabalhar e é capaz de dar uma contribuição para sua comunidade. (p. 24)

2.5.3. O impacto da instabilidade financeira no bem-estar psicológico e familiar

Estudos têm apontado que a instabilidade financeira exerce influência direta sobre a saúde psicológica, intensificando quadros de ansiedade, depressão e

estresse crônico. Pessoas em condições de vulnerabilidade econômica enfrentam sofrimento emocional decorrente da incerteza em relação ao futuro, da dificuldade de suprir necessidades básicas e do receio de deterioração de sua situação financeira (Goulart et al, 2025, p.4). Além disso, o impacto financeiro reflete na dinâmica familiar:

Um aspecto importante a ser considerado é como a instabilidade econômica influencia a dinâmica familiar. É comum presenciar conflitos entre casais, elevação do estresse entre os pais e problemas nas relações familiares durante crises financeiras. A pressão emocional originada pela escassez de recursos pode resultar em um lar mais conflituoso, impactando o desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes, que muitas vezes acabam apresentando níveis elevados de ansiedade e outras dificuldades emocionais. (Goulart et al, 2025, p.5).

Outro fator agravante é o acesso limitado aos serviços de saúde mental, especialmente em contextos de desigualdade social. Muitos indivíduos em vulnerabilidade não conseguem arcar com custos de tratamentos psicológicos ou psiquiátricos, o que contribui para a piora dos transtornos (Goulart et al, 2025, p.5). Nesse cenário, o apoio de familiares, amigos e comunidades desempenha papel protetivo, podendo reduzir o sofrimento emocional. Além disso, programas que ofereçam gratuitamente suporte psicológico e orientação financeira podem mitigar os impactos da instabilidade econômica sobre a saúde mental (Goulart et al, 2025, p.5-6).

2.6. Práticas Financeiras Arriscadas: Jogos de Apostas e Alternativas Perigosas

2.6.1. A ludopatia no contexto da vulnerabilidade financeira

Um fenômeno crescente no Brasil é a expansão do acesso aos jogos de azar, potencializada pelo avanço da internet e pela popularização das plataformas digitais. Esse contexto favoreceu a ludopatia, que deixou de ser associada apenas a cassinos físicos e passou a se manifestar no ambiente doméstico, silencioso e de fácil acesso, sobretudo entre populações de baixa renda, acentuando ciclos de vulnerabilidade (Teixeira et al., 2025, p.5).

Apesar da gravidade do problema, segundo Teixeira (et al., 2025):

Os jogos de azar ainda são subnotificados nos serviços de saúde mental e suas implicações neurológicas e sociais seguem subestimadas pelas políticas públicas. Soma-se a isso a ausência de mecanismos eficazes de bloqueio automático, limite de apostas ou mensagens de advertência, que permitiria um mínimo de contenção comportamental. (p. 5)

As consequências desse padrão de comportamento podem ser devastadoras, abrangendo prejuízos familiares, econômicos e ocupacionais. Há evidências de endividamento em massa, rupturas conjugais, evasão escolar e até tentativas de suicídio associadas ao vício em jogos de azar (Souza et al., 2020 apud Teixeira et al., 2025, p.8). A naturalização das apostas, impulsionada sobretudo pelas redes sociais, intensifica ainda mais os riscos em grupos vulneráveis, caracterizados por alfabetização financeira precária e reduzido acesso a informações críticas (Teixeira et al., 2025, p.8).

2.6.2. A educação financeira como estratégia de prevenção e fortalecimento

Dessa forma, torna-se evidente que a educação financeira e o fortalecimento da saúde mental configuram pilares essenciais não apenas para o manejo da instabilidade econômica diária, mas também na mitigação de decisões financeiras impulsivas que deterioram a qualidade de vida individual e social (Brasil, 2023).

2.7. Educação Financeira no Brasil: Desafios e Perspectivas

2.7.1. O cenário de endividamento e a urgência da educação financeira

O debate sobre a educação financeira nas escolas brasileiras é impulsionado pela gravidade do endividamento das famílias, que se tornou um problema social e econômico de grande escala. A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) documentaram um cenário de alta inadimplência, com 65,19 milhões de brasileiros adultos endividados em janeiro de 2023, o que representa mais de 40% da população adulta (CNDL; SPC Brasil, 2023). O problema é particularmente acentuado na faixa etária de 30 a 39 anos, que concentra a maior parte dos devedores (CNDL; SPC Brasil, 2023).

A complexidade do problema é aprofundada por um estudo do Banco Central do Brasil, publicado em 2023, que identificou 15,1 milhões de "endividados de risco", correspondendo a 14,2% dos tomadores de crédito do país, um aumento de 4,3 pontos percentuais desde março de 2021 (Banco Central do Brasil, 2023). A pesquisa ainda revela que essa situação afeta desproporcionalmente as mulheres, que são 30% mais propensas a se encaixarem nesse perfil do que os homens, e que o problema é mais concentrado nas regiões Norte e Nordeste do país (Banco Central do Brasil, 2023). Além das consequências econômicas, o endividamento afeta diretamente o bem-estar da população. Um levantamento do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPespe) para a Febraban, mostra que 77% dos brasileiros com dívidas sentem que essa condição prejudica sua saúde emocional e qualidade de vida (Ipespe; Febraban, 2023).

Para o estudo, o Banco Central define um "endividado de risco" com base em critérios específicos:

Inadimplemento (I): Atrasos superiores a 90 dias no pagamento de parcelas de crédito.

Comprometimento de Renda (R50): Comprometimento da renda mensal com o pagamento de dívidas acima de 50%.

Multimodalidades (M): Exposição simultânea a cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo.

Renda Abaixo da Pobreza (RPOB): Renda disponível mensal (após o pagamento de dívidas) abaixo da linha de pobreza. (Banco Central do Brasil, 2023, p. 6)

2.7.2. Definição e relevância da educação financeira: um olhar global e nacional

Frente ao crescente endividamento, a educação financeira surge como uma ferramenta essencial para a estabilidade econômica. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define o tema como o processo de aprimorar a compreensão de conceitos e produtos financeiros, permitindo que indivíduos desenvolvam os conhecimentos e competências necessários para tomar decisões conscientes e, conseqüentemente, melhorar seu bem-estar (OCDE, 2005). No Brasil, essa definição é a base da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que busca capacitar os cidadãos para aprimorar a vida individual e coletiva por meio da gestão consciente de seus recursos (ENEF, 2010).

Apesar da ampla definição teórica, a percepção prática dos estudantes brasileiros sobre o assunto muitas vezes se restringe a noções instrumentais, como "ensinar a cuidar do dinheiro" ou "dar o troco corretamente" (Lima et al., 2024). Essa visão superficial diverge da abordagem holística da OCDE e da ENEF e pode deixar os jovens despreparados para lidar com desafios financeiros mais complexos na vida adulta, como investimentos e previdência, se o tema for tratado apenas de forma utilitária ou matemática (Marmitt; Bonotto, 2020).

2.7.3. Políticas públicas e programas de educação financeira no Brasil: estrutura e operacionalização

O Brasil estabeleceu uma política de Estado permanente para promover a educação financeira, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída em 2010 (ENEF, 2010). A ENEF é coordenada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), um órgão de governança que integra reguladores do mercado financeiro, ministérios e representantes da sociedade civil (ENEF, 2010). A colaboração com o setor privado, incluindo entidades como a Anbima e a Febraban, é fundamental para ampliar a abrangência das ações (ANBIMA, 2024). A ENEF, no entanto, determina que essas iniciativas devem ser de "interesse público", gratuitas e sem fins comerciais, a fim de garantir a imparcialidade do conteúdo e mitigar conflitos de interesse (ENEF, 2010).

2.7.4. Programas governamentais e sua articulação

O marco da ENEF é operacionalizado por programas mais específicos:

- a) O Programa Aprender Valor: o programa "Aprender Valor", do Banco Central, foi criado para ajudar educadores a incorporar a educação financeira em sala de aula de forma transversal ao currículo (Aprender Valor, 2024). Em 2024, o Banco Central anunciou a expansão do programa para o ensino médio, com o objetivo de capacitar milhões de estudantes e prepará-los para decisões financeiras cada vez mais precoces, como a gestão do programa "Pé-de-Meia" e a prevenção de golpes online (Banco Central do Brasil, 2024);

- b) O Programa Na Ponta do Lápis: Complementando essa iniciativa, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o programa "Na Ponta do Lápis" por meio da Portaria nº 544, de 16 de março de 2023. A iniciativa busca coordenar e articular ações federais de educação financeira, fiscal e previdenciária na educação básica. De adesão voluntária por parte de estados e municípios, a iniciativa também direciona esforços para os beneficiários do Pé-de-Meia (MEC, 2023);
- c) O Programa Educação Financeira nas Escolas: Outra iniciativa de destaque é o "Programa Educação Financeira nas Escolas", criado em 2021 pelo MEC, em parceria com a CVM e o Sebrae (MEC; CVM; SEBRAE, 2021). O projeto tem a meta ambiciosa de capacitar 500 mil professores em três anos para que eles possam levar o conhecimento a 25 milhões de alunos dos ensinos fundamental e médio, por meio de cursos online e gratuitos para todas as disciplinas (MEC; CVM; SEBRAE, 2021).

2.8. O Marco Curricular

2.8.1. A BNCC e a educação financeira como tema transversal

A inclusão da educação financeira como um tema obrigatório na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, foi um passo legal importante para a política pública no Brasil (Brasil, 2018). A BNCC prevê que o tema seja trabalhado de forma transversal e interdisciplinar em disciplinas como Matemática e Ciências da Natureza ao longo de toda a educação básica (Brasil, 2018).

No entanto, essa abordagem, embora flexível, cria um desafio na implementação. Como o tema não é uma disciplina autônoma com carga horária fixa, sua efetividade depende da capacidade e da vontade de cada escola e professor (Lima et al., 2024). A sobrecarga curricular, especialmente em escolas públicas, muitas vezes leva a uma aplicação superficial do tema (Nunes, 2023).

2.8.2. Os desafios da formação docente e a crise da AEF-Brasil

Um dos maiores obstáculos para uma educação financeira de qualidade nas escolas é a falta de capacitação dos professores. Uma pesquisa do Instituto XP e da Nova Escola revelou que, apesar de 74% dos professores de escolas públicas

considerarem o tema relevante, 59% se sentem despreparados para ensiná-lo (Instituto XP; Nova Escola, 2022). A ausência de uma formação contínua, que vá além da teoria e se baseie nos desafios práticos do cotidiano escolar, impede que os educadores se sintam confiantes para integrar o tema em suas aulas (Marmitt; Bonotto, 2020, p. 5).

A fragilidade do sistema de apoio à implementação da ENEF foi escancarada com o encerramento das atividades da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) em 2022, uma entidade que atuava em parceria com o MEC para capacitar professores e criar materiais didáticos (MEC, 2022). A descontinuidade dessa parceria deixou uma lacuna significativa no suporte aos educadores, demonstrando que o sucesso da política pública depende de um apoio estrutural e contínuo, e não de iniciativas isoladas (ANBIMA, 2024).

2.9. O Cenário Internacional

2.9.1. Modelos, avaliações e lições aprendidas

O Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), da OCDE, oferece uma visão global sobre a literacia financeira de jovens de 15 anos. Na edição de 2022, o relatório mostrou que, em média, 18% dos estudantes dos países avaliados pela OCDE não possuem proficiência financeira básica, o que significa que não conseguem aplicar seus conhecimentos em decisões financeiras cotidianas (OCDE, 2024). O estudo também destacou a forte correlação entre o desempenho dos alunos e seu contexto socioeconômico, que responde por 12% da variação nos resultados (OCDE, 2024).

Os resultados do PISA reforçam a importância da educação financeira como uma intervenção comportamental eficaz. Alunos com melhor desempenho no teste foram 72% mais propensos a poupar e 50% mais propensos a comparar preços antes de comprar, o que demonstra que a educação financeira, quando bem-sucedida, tem um impacto direto e mensurável nas atitudes e comportamentos dos jovens (OCDE, 2024).

2.9.2. Políticas e abordagens curriculares em outros países

Diferentes nações adotam modelos variados para a educação financeira:

- a) O Caso dos Estados Unidos: nos Estados Unidos, a tendência em muitos estados tem sido formalizar a educação financeira no currículo. Por exemplo, a Flórida e a Geórgia aprovaram legislações que tornam um curso de meio período em literacia financeira um requisito para a graduação no ensino médio (NCSL, 2024). No âmbito federal, a Financial Literacy and Education Commission (FLEC) do Departamento do Tesouro coordena uma estratégia nacional para fortalecer a capacidade financeira dos cidadãos (U.S. Department of the Treasury, 2024);
- b) O Modelo do Reino Unido: em contraste com a abordagem americana de disciplinas obrigatórias, o Reino Unido, similarmente ao Brasil, optou por uma abordagem transversal. Desde 2014, a educação financeira está integrada ao currículo de disciplinas como "Cidadania" e "Matemática" (MaPS, 2022). No entanto, relatórios do Parlamento britânico e da Money and Pensions Service (MaPS) expressam preocupação com a pouca carga horária e a falta de clareza para os professores, o que compromete a profundidade do ensino (MaPS, 2022). A experiência do Reino Unido serve como um alerta para a necessidade de um suporte institucional robusto, incluindo a formação contínua de professores, para que a transversalidade seja eficaz e não resulte em um ensino superficial.

2.9.3. Desafios e perspectivas para a implementação efetiva no Brasil

A análise das políticas e experiências em diferentes países destaca que o principal desafio no Brasil é a implementação efetiva do modelo transversal da BNCC. A falta de tempo nas grades curriculares, a escassez de materiais didáticos e, sobretudo, a ausência de formação adequada para os professores, contribuem para que a educação financeira seja tratada de forma superficial (Nunes, 2023). Para superar essa barreira, é fundamental ir além do ambiente escolar, como sugere o estudo do PISA da OCDE (2024), que demonstra a importância do diálogo familiar sobre finanças para a formação dos jovens (OCDE, 2024). No entanto, como a maioria das famílias brasileiras não tem o hábito de conversar sobre dinheiro (SEBRAE, 2020), a responsabilidade recai em grande parte sobre a escola (SEBRAE, 2020).

Para que o ensino seja realmente eficaz, é preciso adotar metodologias pedagógicas que tornem o aprendizado relevante. O professor Marco Kistemann defende uma visão "humanista" da educação financeira, focada no bem-estar, no consumo consciente e na sustentabilidade, em vez de se alinharem exclusivamente aos preceitos do neoliberalismo (Kistemann, 2019). Segundo ele,

A educação financeira proposta por instituições financeiras visa apenas ensinar a gerir o dinheiro e multiplicá-lo, contudo, é preciso entender que a prioridade é a saúde e o bem-estar de cada cidadão e de todas as formas de vida do planeta (Kistemann, 2019).

A utilização de metodologias ativas, como jogos, projetos e a sala de aula invertida, pode transformar o aprendizado em algo mais significativo, conectando conceitos financeiros a situações reais do cotidiano dos alunos (Bonfim, 2023).

2.10. Síntese e Recomendações

Em resumo, o Brasil possui um arcabouço legal sólido para a educação financeira, com a ENEF e a inclusão do tema na BNCC, mas enfrenta desafios cruciais de implementação. A lacuna na formação de professores e a inconsistência na aplicação da abordagem transversal minam a eficácia das políticas, como demonstram as experiências nacionais e internacionais.

Para fortalecer a educação financeira nas escolas e assegurar que ela tenha um impacto positivo e duradouro, são propostas as seguintes recomendações:

- a) Aprimoramento da Formação Docente: é indispensável criar uma política de formação contínua para professores, com carga horária dedicada e foco em metodologias pedagógicas, para que se sintam seguros e preparados para abordar o tema (Marmitt; Bonotto, 2020, p. 5);
- b) Apoio Institucional Consistente: a colaboração entre os setores público e privado deve ser reforçada e monitorada para garantir a imparcialidade do conteúdo e a continuidade do suporte oferecido às escolas, uma vez que a descontinuidade de parcerias, como a da AEF-Brasil, pode prejudicar a política pública (MEC, 2022);

- c) **Reforço Curricular na BNCC:** a política educacional pode ser revista para complementar a transversalidade com um reforço curricular mais estruturado, como a criação de módulos obrigatórios ou a exigência de uma carga horária mínima, seguindo exemplos de sucesso em outros países (NCSL, 2024);
- d) **Conexão com a Realidade do Aluno:** o conteúdo deve ser constantemente atualizado para se conectar com os desafios do dia a dia dos jovens, como a gestão de benefícios e os riscos das novas tecnologias, tornando o aprendizado mais relevante e aplicável em suas vidas (Banco Central do Brasil, 2024).

A superação desses desafios é essencial para que a educação financeira se torne um verdadeiro pilar na formação de cidadãos mais conscientes, capazes de gerenciar suas finanças e contribuir para o bem-estar de suas famílias e da sociedade.

3. MÉTODO

Este artigo tem como objetivo explorar o uso da educação financeira na formação de indivíduos mais conscientes e preparados para lidar com suas finanças pessoais. Para alcançar tal objetivo, foram realizados estudos por meio de pesquisa bibliográfica e questionário online.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida com o intuito de reunir informações relevantes sobre a aplicação da educação financeira em diferentes contextos sociais e educacionais, bem como suas vantagens e desvantagens. Para isso, foram consultados artigos científicos, livros e outras fontes de informação relevantes, buscando a identificação das principais tendências, metodologias e perspectivas nessa área.

A pesquisa também envolveu a aplicação de um questionário online, com o objetivo de coletar informações sobre a percepção de estudantes, profissionais e gestores educacionais sobre a importância e a eficácia da educação financeira. O questionário foi elaborado de forma a abordar aspectos relacionados aos benefícios, dificuldades e desafios da implementação de práticas de educação financeira, além de explorar a visão dos respondentes sobre o impacto dessa temática na vida pessoal e profissional.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção tem como finalidade apresentar e discutir os dados obtidos por meio do formulário de pesquisa, o qual empregou uma abordagem combinada de métodos quantitativos e qualitativos.

A coleta de dados resultou em 45 (quarenta e cinco) respostas válidas, cujas análises detalhadas são apresentadas a seguir e confrontadas com o referencial teórico desenvolvido ao longo deste estudo. O objetivo central é avaliar o nível de conhecimento financeiro dos participantes e identificar as práticas adotadas em sua rotina econômica.

Inicialmente, para a caracterização da amostra e compreensão da representatividade dos dados coletados, o Gráfico 1 apresenta o sexo dos participantes pesquisados. Essa informação é relevante para a construção do perfil demográfico da amostra, permitindo contextualizar as análises subsequentes de maneira mais precisa.

Gráfico 1 – Sexo dos participantes



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A amostra foi composta por 45 indivíduos, apresentando uma distribuição ligeiramente superior de participantes do gênero feminino, que representam 56% (25 participantes), em relação ao gênero masculino, correspondente a 44% (20 participantes).

Além disso, o Gráfico 2 apresenta a faixa etária dos participantes, informação essencial para caracterizar o perfil etário da amostra e compreender o público predominante envolvido na pesquisa, possibilitando uma análise mais contextualizada dos resultados obtidos.

Gráfico 2 – Idade dos participantes

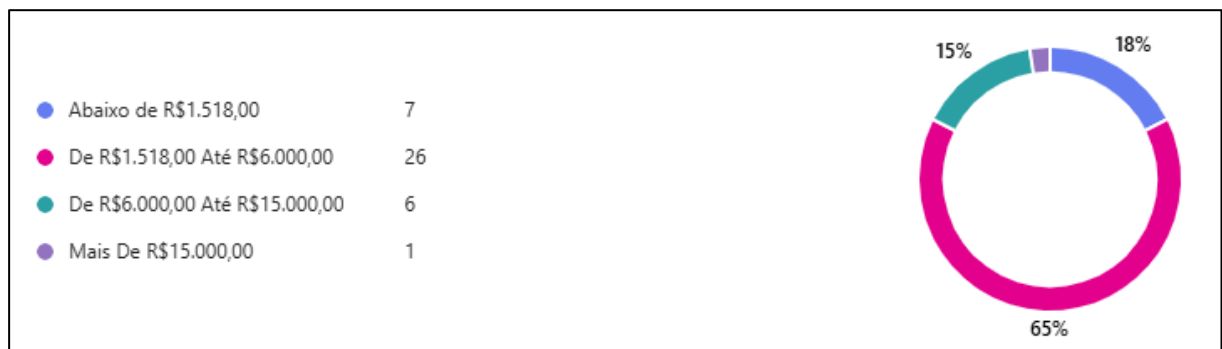


Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Em relação à faixa etária, a amostra concentra-se predominantemente nos jovens, com 51% (23 participantes) situados entre 16 e 18 anos e 33% (15 participantes) entre 19 e 23 anos, 7% (3 participantes) entre 24 e 27 anos e 9% (4 participantes) com mais de 30 anos.

O Gráfico 3 apresenta a renda familiar mensal dos participantes. Essa informação é importante para compreender o perfil socioeconômico da amostra e contextualizar possíveis diferenças nas percepções ou comportamentos dos respondentes.

Gráfico 3 – Renda familiar mensal



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A respeito da renda familiar mensal, observa-se que 2% (1 participante) da amostra possui renda superior a R\$ 15.000,00; 15% (6 participantes) apresenta renda entre R\$ 1.518,00 e R\$ 6.000,00; 18% (7 participantes) possui renda inferior a R\$ 1.518,00; e 65% (26 participantes) enquadram-se na faixa de um a quatro salários-mínimos (R\$ 1.518,00 a R\$ 6.000,00). Esses dados indicam que os resultados

representam um perfil de indivíduos em fase inicial de formação educacional e com rendas intermediárias.

O Gráfico 4 apresenta o conhecimento dos participantes sobre educação financeira. Essa informação é importante para avaliar o nível de compreensão que os indivíduos possuem sobre o tema e identificar possíveis lacunas no entendimento de conceitos básicos de finanças pessoais.

Gráfico 4 – Conhecimento sobre educação financeira



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A pesquisa buscou mensurar a percepção dos participantes sobre o conceito de educação financeira, e os resultados revelam um cenário aparentemente positivo: 84% (38 participantes) afirmaram saber o que o termo significa, 13% (6 participantes) responderam “mais ou menos” e apenas 3% (1 participante) declararam não saber. Esse dado indica que o conceito básico de educação financeira já está amplamente disseminado entre os respondentes. Contudo, conforme destacam Lusardi e Mitchell (2014) e Tenfen (2022), o simples conhecimento teórico não garante a aplicação prática, pois o baixo nível de alfabetização financeira continua afetando a capacidade de tomar decisões conscientes e equilibradas.

O Gráfico 5 apresenta o controle de gastos mensais dos participantes. Essa informação é importante para avaliar os hábitos de gestão financeira dos respondentes e identificar o grau de organização em relação às suas finanças pessoais.

Gráfico 5 – Controle de gastos mensais



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Apesar de um alto índice de conhecimento conceitual, o controle efetivo dos gastos demonstra um desafio: 44% (20 participantes) afirmam fazer o controle de gastos mensalmente, mas 49% (22 participantes) o fazem apenas às vezes, e 7% (3 participantes) não o fazem, evidenciando uma lacuna significativa entre o entendimento conceitual e a prática efetiva da gestão financeira.

O Gráfico 6 apresenta o hábito dos participantes de poupar dinheiro mensalmente. Essa informação é importante para avaliar o comportamento financeiro dos respondentes em relação ao planejamento e à formação de reservas, elementos essenciais para uma gestão financeira saudável.

Gráfico 6 – Hábito de poupar dinheiro mensalmente



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

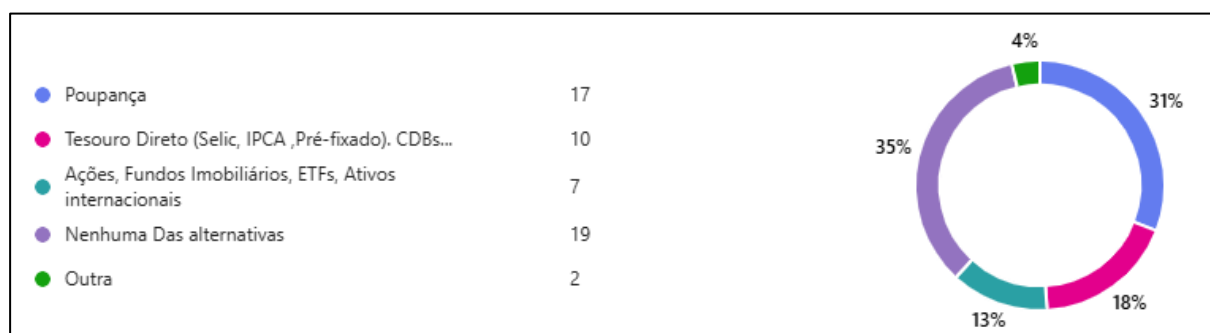
No que se refere aos hábitos financeiros, os resultados revelam um cenário que desperta atenção: 69% (31 participantes) afirmaram possuir o hábito de poupar dinheiro mensalmente, enquanto 31% (14 participantes) admitiram não conseguir fazê-lo. Esse dado demonstra uma tendência promissora à construção de reservas,

mas também evidencia fragilidades ocultas quando analisada a aplicação prática desses recursos.

Conforme defendem o Banco do Brasil (2013) e o Banco Central do Brasil (2013), manter uma reserva financeira é essencial para prevenir imprevistos e garantir estabilidade econômica. No entanto, essa proposição foi apenas parcialmente comprovada, pois, apesar da intenção de poupar, 27% dos respondentes afirmaram não conseguir economizar e 20% declararam gastar mais do que ganham, revelando dificuldades em transformar o hábito de poupança em uma prática financeira realmente eficaz e sustentável.

O Gráfico 7 apresenta o hábito de investir em ativos. Essa informação é importante para entender se os participantes estão apenas guardando dinheiro (poupança) ou se estão fazendo o dinheiro crescer (investimento).

Gráfico 7 - Hábito de investir em ativos



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Quando questionados sobre onde investem, 35% (19 participantes) indicaram não praticar nenhuma das formas de investimento sugeridas, enquanto 31% (17 participantes) ainda utilizam a poupança. Apenas 18% (10 participantes) investem em ativos de renda fixa (como Tesouro Direto e CDBs) e 13% (7 participantes) em renda variável (como ações, FIIs e ETFs). Conforme destacam Barros e Silva (2020) e Oliveira e Gomes (2017), indivíduos financeiramente instruídos tendem a diversificar seus investimentos e planejar o futuro com maior segurança.

Contudo, esse ponto foi apenas parcialmente comprovado, uma vez que a maioria dos respondentes demonstra preferência por opções tradicionais e de baixo rendimento, revelando nível ainda inicial de maturidade financeira e pouca familiaridade com alternativas de investimento mais estratégicas.

O Gráfico 8 apresenta se os participantes têm ou já tiveram dívidas por falta de planejamento financeiro. Essa informação é importante para avaliar o custo da ausência de um planejamento financeiro adequado, pois a presença de dívidas desse tipo é um indicador direto de má gestão de recursos (como uso excessivo de crédito ou descontrole orçamentário).

Gráfico 8 – Dívidas por falta de planejamento financeiro



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

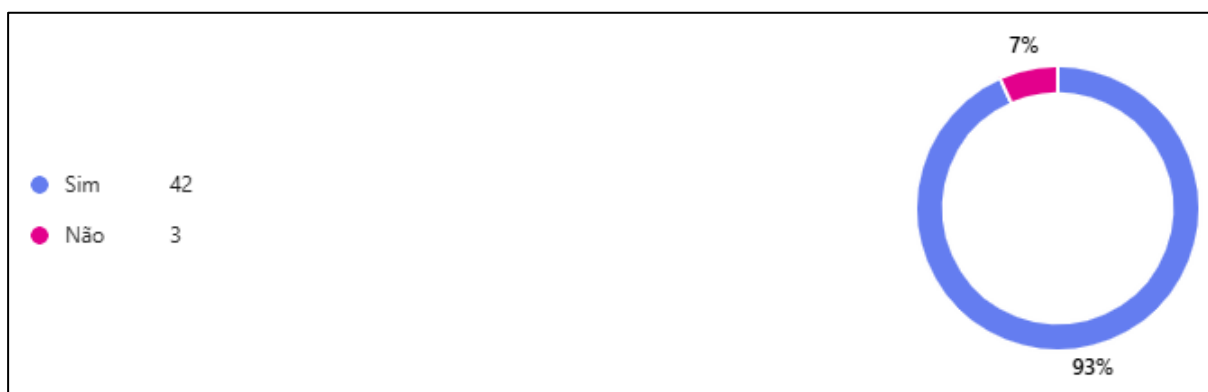
A falta de planejamento financeiro revela-se como um dos principais fatores de vulnerabilidade econômica entre os participantes. 44% (20 participantes) afirmaram ter ou já ter tido dívidas por falta de planejamento, enquanto 56% (25 participantes) responderam negativamente, um resultado que contradiz parcialmente o elevado número de pessoas que afirmaram possuir o hábito de poupar.

Essa contradição evidencia uma fragilidade orçamentária, frequentemente impactada por despesas imprevistas ou de consumo não essencial, demonstrando que a educação financeira deve ser compreendida como um processo contínuo de organização e planejamento, e não apenas como um ato de acumulação.

Tal constatação corrobora o referencial teórico, fundamentado em Savóia, Saito e Santana (2007), Barros e Silva (2020) e Oliveira (2006), os quais apontam que a ausência de planejamento compromete a estabilidade econômica das famílias, conduzindo ao endividamento e à desorganização financeira.

O Gráfico 9 apresenta o achismo dos participantes sobre o ensino da educação financeira nas escolas. Essa informação é importante para medir a percepção de valor e a demanda social pela Educação Financeira como componente curricular obrigatório.

Gráfico 9 - Educação financeira no ensino básico nas escolas



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2010), a inserção da educação financeira no ambiente escolar constitui um instrumento essencial para a formação de cidadãos economicamente conscientes e preparados para tomar decisões responsáveis. Essa perspectiva foi plenamente confirmada na pesquisa, na qual 93% (42 participantes) concordaram que o tema deve ser ensinado desde o ensino básico, enquanto 7% (3 participantes) afirmaram não ver necessidade.

Essa expressiva adesão evidencia uma percepção social amplamente favorável à inclusão da educação financeira na formação escolar, reforçando que o aprendizado formal é o meio mais eficaz para mitigar as dificuldades financeiras, prevenir o endividamento e promover uma transformação cultural voltada para o uso consciente dos recursos.

Dando continuidade à análise, o Gráfico 10 apresenta a principal dificuldade enfrentada pelos participantes ao lidar com o dinheiro, informação fundamental para identificar o foco de fragilidade mais recorrente no gerenciamento das finanças pessoais e compreender melhor os desafios práticos enfrentados pelo grupo pesquisado.

Gráfico 10 – Principais dificuldades ao lidar com dinheiro



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Ao analisar os principais motivos que impedem a poupança, observa-se que as respostas se distribuem entre fatores práticos e comportamentais: 27% (12 participantes) citaram o “não conseguir poupar” (fator de renda); 20% (9 participantes), o “gastar mais do que ganha” (fator comportamental); 16% (7 participantes), a “falta de planejamento” (fator de conhecimento/prática); 13% (6 participantes), o “não entender termos financeiros”; e 24% (11 participantes) indicaram “outra” razão. A soma desses percentuais evidencia que a dificuldade em poupar é complexa, envolvendo tanto limitações de renda quanto desafios na gestão das emoções e das prioridades de consumo.

De modo geral, a análise dos resultados confirma grande parte dos pressupostos teóricos apresentados, especialmente quanto à influência da educação financeira sobre o comportamento econômico individual. Contudo, observa-se que o conhecimento conceitual nem sempre se traduz em práticas efetivas, o que reforça a necessidade de políticas educacionais voltadas à formação financeira desde o ensino básico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo geral analisar de que forma a ausência da educação financeira impacta a economia doméstica das famílias brasileiras. A análise buscou responder à pergunta de pesquisa sobre como a carência desse conhecimento contribui para o endividamento, o comprometimento da renda familiar e o agravamento das desigualdades socioeconômicas. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e da aplicação de um

questionário com 45 participantes, o estudo confirmou a relevância estrutural da educação financeira como um fator determinante para a estabilidade no contexto econômico brasileiro.

Com base nos resultados obtidos no formulário, a pesquisa apontou para uma conclusão crucial: embora os participantes demonstrem possuir um conhecimento teórico sobre finanças (saber o que deve ser feito), existe uma notável divergência na hora de colocar esses preceitos em prática. Essa lacuna entre o conhecimento teórico e a aplicação prática é um fator chave que contribui para a desorganização orçamentária e a dificuldade em construir patrimônio.

Diante disso, uma sugestão essencial que emerge deste estudo é a necessidade prioritária de o governo investir em políticas públicas educacionais voltadas para o ensino escolar. Tais políticas devem focar em uma abordagem que priorize a educação financeira prática e vivencial, mostrando como ela se manifesta e se aplica no cotidiano e na "vida real", em vez de um ensino excessivamente teórico.

A urgência em concentrar esses esforços nas novas gerações é fundamental. A experiência demonstra que é difícil para pessoas com hábitos financeiros consolidados, muitas vezes inadequados, mudarem seus comportamentos, o que pode ser ilustrado pelo popular ditado: "cavalo velho não aprende truque novo". Portanto, ao focar na formação da base, o Estado garante que os futuros cidadãos desenvolvam, desde cedo, a competência prática para a gestão de recursos, promovendo uma transformação cultural e estrutural a longo prazo na economia doméstica brasileira.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José R. **Cultura do Endividamento e o Crédito no Brasil**. São Paulo: Editora Econômica, 2014.

AGÊNCIA BRASIL. Inflação de fevereiro é a maior para o mês desde 2003. **Agência Brasil**, Brasília, 12 mar. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ANBIMA. **Educação financeira**: um retrato das iniciativas no Brasil. 2024. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/levantamento-da-anbima-identifica-229-iniciativas-de-educacao-financeira-no-brasil.htm. Acesso em: 5 set. 2025.

APRENDER VALOR. **O Programa Aprender Valor**. 2024. Disponível em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. Brasília: BCB, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco Central do Brasil lança primeira versão do curso Aprender Valor para o ensino médio. Brasília, DF: BCB, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20794/noticia>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série cidadania financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão**. n. 8, Endividamento de Risco no Brasil – Atualização. Brasília, DF: BCB, 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_8_endividamento_risco_2ed.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

BARROS, Sérgio M.; SILVA, Renato F. Educação financeira no Brasil: impacto no comportamento do consumidor. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 8, n. 2, p. 23-45, 2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Desigualdade Social – Contribuições da Psicologia Sócio-Histórica**. São Paulo: Editora da PUC – SP, 2024.

BONFIM, M. L. G. **Metodologias ativas no ensino de educação financeira**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) - Instituto Federal de Brasília, Brasília, DF. Disponível em: https://repositorio.ifb.edu.br/bitstream/123456789/2293/1/TCC_Matem%C3%A1tica_Marc%C3%ADlio_Bonfim.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 21 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC lança programa Na Ponta do Lápis para coordenar ações de educação financeira e fiscal nas escolas. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/mec-lanca-programa-na-ponta-do-lapis-para-coordenar-acoes-de-educacao-financeira-e-fiscal-nas-escolas>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL ESCOLA. **Desigualdade social no Brasil**: causas, soluções. [2025]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social-no-brasil.htm>. Acesso em: 1 set. 2025.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Endividamento das famílias brasileiras atinge 78,5% em julho de 2025. Rio de Janeiro, jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnc.org.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CNDL; SPC BRASIL. Levantamento da CNDL/SPC aponta que 65,19 milhões de brasileiros estão na lista de inadimplentes do país. 2023. Disponível em: <https://cdldf.com.br/noticias-da-cdl/levantamento-da-cndl-spc-aponta-que-6519-milhoes-de-brasileiros-estao-na-lista-de-inadimplentes-do-pais/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CNN BRASIL. Aumento do IOF em operações internacionais e crédito. São Paulo, 17 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CNN BRASIL. BC mantém Selic em 15% e confirma fim do ciclo de aperto monetário. São Paulo, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CNN BRASIL. Comércio e indústria mostram surpresa e acendem alerta sobre alta da Selic. São Paulo, 18 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CNN BRASIL. Créditos mais caros e efeitos do IOF. São Paulo, 2 jun. 2025f. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CNN BRASIL. Dívida pública e custos de juros em 2025. São Paulo, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CNN BRASIL. Endividamento e inadimplência das famílias crescem em 2025. São Paulo, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CNN BRASIL. Sem corte de gastos, economistas dizem que juros altos pioram crise fiscal. São Paulo, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

COSTA, Isabelle Amorim. **O impacto da educação financeira no bem-estar financeiro de um jovem adulto**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Inadimplência das famílias sobe a 30% em julho, aponta CNC. **Diário do Comércio**, São Paulo, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://dcomercio.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

FECOMERCIO-SP. Aumento do IOF é prejudicial à economia, pois acarretará alta de preços e menos investimentos. São Paulo, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

GAZETA DO POVO. Alta no IOF pressiona empresas e compromete saúde financeira no Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

GOBETTI, Marcos R.; SANTOS, Luana F. A importância da educação financeira na inclusão social. **Revista de Economia e Gestão**, v. 15, n. 4, p. 56-70, 2018.

GOULART, M. et al. Economia e saúde mental: o impacto da instabilidade financeira no bem-estar psicológico. **Revista CPAQV**, Vol. 17, nº. 1, 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IPCA: julho de 2025**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

INSTITUTO XP; NOVA ESCOLA. **Educação Financeira nas Escolas Brasileiras: desafios e oportunidades**. 2022. Disponível em: <https://www.xp.com.br/lp/pesquisa-educacao-financeira-escola-xp-novaescola.html>. Acesso em: 7 set. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Inflação por faixa de renda: fevereiro de 2025**. Brasília, 20 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

IPESPE; FEBRABAN. 77% dos brasileiros com dívidas sentem que essa condição prejudica sua saúde emocional e qualidade de vida. 2023. Disponível em: <https://saudefinanceira.febraban.org.br/pesquisa/>. Acesso em: 16 ago. 2025

KISTEMANN, M. Educação financeira: mais que dinheiro, a prioridade é o bem-estar. 2019. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/educacao-financeira-marco-kistemann/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai Rico, Pai Pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LANA, Tonyedson Pereira. **Exclusão financeira e sua relação com a pobreza e desigualdade de renda no Brasil**. 2013. TCC (Graduação em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

LIMA, F. S. et al. Educação financeira: uma análise da percepção de alunos do ensino fundamental no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Financeira**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://revistas.fgv.br/rbef/article/view/15>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. Financial literacy and retirement preparation: The German case. **National Bureau of Economic Research**, Working Paper 16861, 2014.

MaPS. MONEY AND PENSIONS SERVICE. **Financial Education in Schools: A review of the curriculum, teaching and support**. 2022. Disponível em: <https://maps.org.uk/en/work-with-us/financial-education-in-schools>. Acesso em: 3 set. 2025.

MARMITT, P. V.; BONOTTO, C. E. S. A formação continuada de professores para a educação financeira escolar. **Educação Matemática em Debate**, Montes Claros, v. 7, n. 13, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/emd/article/download/7466/7992>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MEC. MEC e AEF-Brasil encerram parceria no programa de educação financeira nas escolas. Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/mec-e-aef-brasil-encerram-parceria-no-programa-de-educacao-financeira-nas-escolas>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MORAIS, Gilson Ambrosio; HATANO, Nicoli Carolini de Lázari. Endividamento das famílias brasileiras. **Revista de Gestão e Estratégia**, v. 1, p. 8, 2019.

NATIONAL CONFERENCE OF STATE LEGISLATURES (NCSL). **Financial Education State Policies**. 2024. Disponível em: <https://www.ncsl.org/financial-services/financial-education-state-policies>. Acesso em: 4 set. 2025.

OCDE. PISA 2018: **Avaliação das competências financeiras dos estudantes**. Paris: OCDE, 2018.

OCDE. PISA 2022 Results (Volume IV): **Financial Literacy**. Paris: OECD, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iv_5a849c2a-en.html. Acesso em: 13 ago. 2025.

OCDE. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Paris: OECD, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/46193218.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes. Economia doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. **VÉRTICES**, v. 8, n. 1/3, p. 78 – 81, 2006.

OLIVEIRA, J. et al. **Psicologia do tempo: percepções e vivências**. São Paulo: Editora Reflexão, 2019.

OLIVEIRA, Raquel F.; GOMES, Alberto C. A educação financeira no desenvolvimento de famílias sustentáveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 1, p. 10-25, 2017.

SANTOS, Patricia A.; PESSOA, Rodrigo P. Gestão financeira familiar: análise do comportamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Administração**, v. 56, n. 3, p. 112-125, 2019.

SAVÓIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 1121-1141, 2007.

SEBRAE. Famílias e finanças: hábitos financeiros em tempo de pandemia. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Familias-e-financas-habitos-financeiros-em-tempos-de-pandemia-agosto-2021-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e negociação de dívidas no Brasil**. 2025. Disponível em: www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/. Acesso em: 31 ago. 2025.

SILVA, A. **O impacto da natureza sobre a mente humana**. Rio de Janeiro: Editora Verde, 2020.

SILVA, José Pastore; VALLE, Nelson do. **Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: Editora Makron Books, 2000.

SOUSA, Juliana F.; AMARAL, Mariana P. Finanças pessoais e a importância da educação financeira no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 4, p. 204-218, 2020.

SOUZA, T.; PEREIRA, C.; ALMEIDA, F. **Emoções e bem-estar: uma análise psicológica**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2018.

TEIXEIRA, J. et al. Ludopatia entre a promessa do lucro e o colapso psíquico: jogos de azar digitais, vício dopaminérgico e seus danos além da saúde mental. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 8, n. 3, 2025.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Financial Literacy and Education Commission (FLEC). Washington, D.C., 2024. Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/consumer-policy/financial-literacy-and-education-commission>. Acesso em: 8 set. 2025.

VASCONCELOS, Isadora Moraes Duarte. **Endividamento: Quando a dívida compromete a saúde mental**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2021.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VEJA. Em dois anos e meio, governo criou ou aumentou impostos 24 vezes. **Veja**, São Paulo, 2 ago. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

WIENSKOSKI, Rogerio Bernardino. **Educação financeira e sua relação com os níveis sociais**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.